

A INTEGRAÇÃO FÍSICA MESOAMERICANA: o turismo no centro da disputa do território sagrado

MESOAMERICAN PHYSICAL INTEGRATION: tourism at the heart of the dispute over sacred territory

LA INTEGRACIÓN FÍSICA MESOAMERICANA: el turismo en el centro de la disputa del territorio sagrado

Mateus de Sá Barreto Barros

Graduado em Turismo, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco (PRODEMA/UFPE), Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo (DIVERSITAS/USP).

E-mail: masbbarros@yahoo.com.br

RESUMO

Com o intuito de analisar a proposta de efetivação do turismo para o sul e sudeste mexicano, a partir do Projeto de Integração Física Mesoamericana, debruçamo-nos para investigar os rudimentos que precederam a elaboração do plano. Para isto, foi necessário investigarmos os elementos adjacentes ao Projeto, haja vista ter surgido em um momento particular da história mexicana, sob condições *sui generes*, com um presidente disposto, com peso político e econômico capaz de viabilizá-lo. Procedemos ainda a uma investigação sobre os (des)caminhos da política internacional mexicana, pelo fato de o país vincular sua política nacional àquela. Dessarte, deslindamos a metodologia que forjou o Plan Puebla-Panamá: um verdadeiro compêndio de análises realizadas por universidades internacionais, organismos multilaterais, *think tanks* e empresários; sem mencionarmos as políticas adotadas em governos anteriores. Tratamos ainda do turismo na Integração Física da região sul e sudeste do México, o qual desvela uma acirrada disputa, não apenas pelo território, local de reprodução da vida material, mas especialmente de *cosmovisões*.

Palavras-Chave: Integração Física Mesoamericana. Povos Originários. Turismo.

ABSTRACT

With the purpose of analyzing the proposal for the implementation of tourism to the south and southeast of Mexico, based on the Project of Mesoamerican Physical Integration, it was investigated the rudiments that preceded the elaboration of the plan. In order to this, it was necessary to investigate the elements adjacent to the Project, since it emerged at a particular moment in Mexican history, under *sui generis* conditions, with a willing and politically and economically powerful president capable of doing so. An investigation was also made of the turtuous ways of Mexican international politics, because the country linked its national policy to that. Thus, unviel the methodology that forged the Plan Puebla-Panama: a true compendium of analyzes carried out by international universities, multilateral organizations, *think tanks* and entrepreneurs, is outlined. Not to mention the policies adopted in previous governments. It was also about tourism in Physical Integration in the south and southeast of Mexico, which reveals a fierce dispute, not only for the territory, a place of reproduction of material life, but especially of worldviews.

Keywords: Mesmoamerican Physical Integration. Original People. Tourism.

RESUMEN

Con el fin de analizar la propuesta de efectivización del turismo hacia el sur sureste mexicano, a partir del Proyecto de Integración Física Mesoamericana, se inclinó para investigar los rudimentos que precedieron a la elaboración del plan. Para ello, se hizo necesario investigar los elementos adyacentes al Proyecto, precisamente por surgir en un momento particular de la historia mexicana, bajo condiciones *sui generes*, con un presidente dispuesto y con peso político y económico capaz de viabilizarlo. Se procedió, una investigación sobre los (des) caminos de la política internacional mexicana, por el hecho de que el país vincular su política nacional a aquella. Así, se procuró enseñar la metodología que forjó el Plan Puebla-Panamá: un verdadero compendio de análisis realizados por universidades internacionales, organismos multilaterales, *think tanks* y empresarios. Sin mencionar las políticas adoptadas en gobiernos anteriores. Se trató, todavía, del turismo en la Integración Física de la región sur y sureste de México, el cual revela una fuerte disputa, no sólo por el territorio, lugar de reproducción de la vida material, sino especialmente de *cosmovisiones*.

Palabras Clave: Integración Física Mesoamericana. Pueblos Originarios. Turismo.

INTRODUÇÃO

Com o presente trabalho, comprometemo-nos analisar a proposta de efetivação do turismo, referente ao sul e sudeste mexicano, a partir do Projeto de Integração Física Mesoamericana. É determinante depreender que aquele não é uma atividade econômica isolada, depende de inúmeras variáveis, serviços, indústrias. Por consequência, um projeto de desenvolvimento turístico envolve também a promoção de outros setores, não excludentes, que estejam em conformidade com os interesses comuns dos empresários e, em especial, dos investidores internacionais.

Isto posto, para que possamos apreender minimamente o Plano e o desenrolar do projeto de desenvolvimento do turismo, acreditamos ser fundamental entender a configuração da política nacional e internacional do México, as relações de poder existentes, a dinâmica social e, principalmente, as conflitivas perspectivas de mundo dos povos indígenas e do Estado ocidental. Neste caminho, com o intuito de dar conta da complexidade do assunto abordado, o artigo procurou versar sobre os aspectos que coadunaram no Plano. Para isto, foi necessário investigarmos os elementos adjacentes ao Projeto de Integração Física Regional Mesoamericana, haja vista ter surgido em um momento particular da história mexicana, sob condições *sui generes*, com um presidente disposto e com peso político e econômico capaz de viabilizá-lo.

Procedemos ainda a uma investigação sobre os (des)caminhos da política internacional mexicana, pelo fato de o país vincular sua política nacional àquela, sem medir as

consequências do ato, corroborando o surgimento de problemas sociais outrora inexistentes. Dessarte, deslindamos a metodologia que forjou o Plan Puebla-Panamá: um verdadeiro compêndio de análises realizadas por universidades internacionais, organismos multilaterais, *think tanks* e empresários; sem mencionar as políticas adotadas em governos anteriores.

Por último, mas não menos importante, tratamos do turismo na Integração Física da região sul e sudeste do México, o qual desvela uma acirrada disputa, não apenas pelo território, local de reprodução da vida material, mas especialmente de *cosmovisões*. Estas, por seu turno, demonstram campos identitários opostos, processos racionais distintos, assim como formas díspares de conduzir e reproduzir a vida. Nessa perspectiva, a atividade turística revela-se conflitiva e não aglutinadora, como muitos especialistas costumam dilucidar.

O DELINEAMENTO DA INTEGRAÇÃO FÍSICA REGIONAL MESOAMERICANA

A integração física mesoamericana é um assunto que, desde o princípio, chamou atenção tanto dos movimentos sociais, indígenas, camponeses, outros setores da sociedade civil organizada quanto dos governos. O projeto de integração nasce, oficialmente, em 2000, no governo de Vicent Fox Quesada¹ e possuía o nome de “Plan Puebla-Panamá” (PPP). Objetivava interligar as regiões sul e sudeste do México, formando um corredor comercial que iria de Puebla, Estado localizado logo ao sul da Cidade de México, até o Panamá.

Em realidade, atualmente, o Plano é denominado de Proyecto Integración y Desarrollo Mesoamérica, ou simplesmente Proyecto Mesoamérica (PM). Este subterfúgio foi utilizado pelos países envolvidos para desviar a atenção das inúmeras críticas proferidas por vários setores da sociedade (movimentos sociais, camponeses e indígenas; mídia, partidos políticos, sindicatos, entre outros). Contudo, neste artigo em particular, será preservado o seu nome original. Nesse caminho, observamos que o Plano trabalha com oito Iniciativas Mesoamericanas, conhecidas como áreas temáticas, designou-se uma área a cada país partícipe do Plano. Assim, Belize ficou com a área de Turismo; Costa Rica, com Transportes; El Salvador, com Telecomunicações; Guatemala, com Energia; Honduras, com Facilitação Comercial e Competitividade; Nicarágua, com Desenvolvimento Sustentável; Panamá, com Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; e México, com Desenvolvimento Humano.

Em março de 2001, foi lançado o primeiro documento base. O capítulo dedicado ao

¹ Vincent Fox Quesada foi o sexagésimo quarto presidente do México que cumpriu seu mandato no período de 2000-2006. Membro do Partido da Ação Nacional (PAN), foi o primeiro candidato a vencer o Partido Revolucionário Institucional (PRI), no poder há 70 anos. Ele era, além de um candidato influente, o presidente da Coca-Cola América Latina.

México apresenta o Plano como um mecanismo vivo que propiciaria, de maneira permanente e contínua, um diálogo sobre o desenvolvimento e os laços de cooperação com os países da América Central (MÉXICO, 2011). O México procurou, ao longo da década de 1990, ampliar sua política internacional, formalizando acordos com os países da América do Norte, através do Tratado de Livre Comércio do Norte (TLCAN); estreitando relações com a União Europeia e com os países da América Central, com exceção do Panamá. Nesse contexto, o país alcançou significativo aumento, no que tange ao comércio internacional, além de promover seu reposicionamento na economia mundial. Mas, assim como ocorre na maioria dos países, os investimentos, as políticas públicas e atuação empresarial tendem a eleger um estado ou região, sendo acompanhado pelos fluxos de capital. Destarte, os estados do centro e norte do país ganharam destaque por sua proximidade com os Estados Unidos, negligenciando os estados do sul e sudeste do país (composto pelos estados de Campeche, Chiapas, Guerrero, Oaxaca, Puebla, Quintana Roo, Tabasco, Veracruz y Yucatán), aprofundando disparidades históricas (*Ibid*).

Para convencer a população de suas ações, o Estado mexicano utilizou um discurso emotivo: “[...] el cambio de México no será inteligente si no potencia, la energía, entereza e imaginación de su recurso fundamental: los mexicanos y mexicanas” (*Ibid*, p.3). Este, por seu turno, procura aglutinar os cidadãos, estados e municípios em um objetivo comum: desenvolvimento das regiões sul e sudeste, como perspectiva estratégica no que diz respeito ao desenvolvimento nacional, mas também no tocante à maior participação do país no comércio regional, propondo, pela primeira vez, “a participar de manera decisiva en una macro-región de vital importancia para México: Centroamérica” (*Ibid*, p. 4)².

Fox representava a possibilidade de mudança, por ser o primeiro a vencer o Partido Revolucionário Institucional (PRI), há 75 anos no poder central³. Antes disso, havia sido governador de Guanajuato, Estado localizado no centro do país. Era um momento peculiar na história, visto que o México ainda vivenciava uma conturbação político-financeira herdada de administrações anteriores, de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) e Ernesto Zedillo (1994-2000). Eles se culpavam mutuamente pela situação em que o México se encontrava: o país

² [...] “participar de maneira decisiva em uma macro-região de vital importância para México: América Central”.

³ A Constituição mexicana não permite a reeleição em nenhuma das instâncias de governo, mas, por mais que se mudasse a figura do presidente, o partido possuía tamanho poder a ponto de determinar a pauta política presidencial. O caso mais emblemático foi o de Luis Donald Colosio-Murrieta. O candidato do PRI foi assassinado durante a corrida presidencial no dia 23 de março de 1994. As investigações levavam a crer que os mandantes eram do próprio partido. No dia 28 de setembro do mesmo ano, apenas meses após o assassinato de Colosio, o presidente do PRI, José Francisco Ruiz Massieu, também foi morto, eliminando assim os dois maiores líderes do partido.

passava por uma das maiores crises, devido à falta de reservas, conhecido como *efeito tequila*. A cotação do dólar aumentou 100%, diminuindo a liquidez do país e da população como um todo.

Salinas ainda teve que lidar com o levante do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN). Os indígenas e simpatizantes da causa deflagraram uma grande revolta no sul do México, Chiapas, no dia 1º de janeiro de 1994, no dia em que seria assinado o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN). Este seria o grande causador da crise e dos inúmeros conflitos sociais, políticos e dos entraves econômicos. Essa era a realidade social, política e econômica que Fox tinha que enfrentar, ao passo que era o representante da classe empresarial alinhada à política econômica desenhada pelos EUA, uma das poucas classes favorecidas com o TLCAN. Percebemos, nesse sentido, que o presidente eleito tinha um caminho a traçar, qual seja: i) ganhar a confiança da população frente aos projetos neoliberais empunhados pelo TLCAN, por provocar uma mudança drástica na vida do cidadão; ii) lidar com a luta pelo reconhecimento da autonomia dos Estados e povos indígenas; iii) manter os laços com sua classe, conter a inflação, ganhar a confiança do mercado, ir em busca de novos investimentos, enfim, encontrar o caminho do desenvolvimento.

Do ponto de vista político, era o momento de buscar a unidade social e política de um país diverso, dividido; promover o diálogo com os setores da sociedade que sentiram o impacto, positivo e/ou negativo, do TLCAN; estabelecer uma pauta, no mínimo, interessante para amenizar as disparidades econômicas entre regiões; atender às demandas dos indígenas e camponeses; propor mudanças no que dizia respeito ao rumo do próprio país. O Plan Puebla-Panamá foi o caminho que Fox encontrou para alcançar esses objetivos. O Plano procura, em primeiro lugar, fazer com que as regiões sul-sudeste tivessem condições semelhantes aos estados do norte e centro do país. O sul-sudeste seria a nova região de desenvolvimento, atraindo novos investimentos, aumentando o potencial *produtivo* do país, provocando o crescimento de sua economia. Entretanto, também procura valorizar a experiência democrática, o nível de vida da população, aumentar sua capacidade de consumo e valorizar sua cultura. O Plano é, em realidade, uma verdadeira incógnita, uma vez que os especialistas, a sociedade civil organizada, os movimentos indígenas e camponeses realizaram, desde o primeiro momento, críticas duríssimas a ele, tanto por seu conteúdo como pelo processo democrático praticado pelos agentes do Estado (MARÍN, 2001)⁴.

⁴ Marín faz uma crítica essencial ao caráter democrático do Plano, visto que pretende ser alvo de consultas

Certamente, o que será apresentado e analisado aqui são as partes do Plano concernentes ao turismo. Contudo, é importante frisar que este não é um fenômeno alheio à sociedade. Pelo contrário, ocorre nesta, com a sua participação na força de trabalho, na regulamentação do uso dos territórios, nas políticas. Desse modo, valorizaremos, seguramente, tudo aquilo que se refira à questão ambiental, às relações ancestralmente estabelecidas entre sociedade e natureza. Entendemos que o meio ambiente é parte central do processo de Integração Física Regional. Por um lado, por compreendermos que o Capital articula não apenas as forças produtivas, mas, sobremaneira, a matéria-prima necessária para produzir mercadorias⁵; assim como o uso militar efetivado pelo Estado para agredir as comunidades indígenas em resistência na selva⁶.

Por outro lado, os entendimentos sobre a natureza trazem à tona não apenas duas concepções distintas de mundo, mas dois mundos completamente distintos: o Estado, economistas ortodoxos e investidores enxergam a natureza como possibilidade de investimento, ainda que sob o cuidado ou a tutela do discurso e, apenas deste, do desenvolvimento sustentável; em confrontação com essa ideia, estão indígenas, camponeses e simpatizantes que veem *la madre tierra* como fonte de vida, portanto, sagrada e devidamente respeitada.

Os indígenas mexicanos, especialmente, acreditam que pode haver muitos caminhos a serem seguidos, por isso a luta por parte de determinadas sociedades ou grupos para o reconhecimento da autonomia do Estado Indígena. Outras sociedades e grupos defendem a liberdade ou autonomia de viverem, inclusive, sem Estado. Isso não quer dizer que não haja diálogos entre sociedades, nem renúncia do conhecimento técnico alcançado, mas apenas que há diferentes concepções/formas de produzir e reproduzir a vida. Durante o “Encuentro Nacional Indígena y Campesino”, ocorrido entre 7 e 9 de março de 2014 em Cuetzalan, Puebla, o discurso de um representante do *Movimiento Agrario Indígena Zapatista* (MAIZ) deixa muito clara essa concepção, quando disse: “mi abuela decía que los maíces nativos hay

constantes pela população, mas estas ocorreram na fase inicial e se resumiram a cidades muito pequenas, localizados em províncias, quase escondidas.

⁵ Importante lembrar o que foi posto no primeiro capítulo por Hilferding, no que tange à necessidade de articular o capital financeiro e capital natural, estabelecendo o monopólio completo sobre todo o processo de produção, configurando uma das formas possíveis de imperialismo.

⁶ Y aunque suene exagerado, se requiere terminar el repaso de las diversas actividades en el CBM [Corredor Biológico Mesoamericano] haciendo un especial reconocimiento a los biólogos del complejo militar industrial que se han dedicado al diseño de armas ambientales y biológicas para la agresión de las comunidades indígenas de la selva en resistencia. Mención necesaria no sólo por su hábil bombardeo de ratas y culebras [cobras], fumigación con desfoliantes y agroquímicos que destruyen selectivamente los cultivos, introducción de maíz transgénico en la región de la selva [...]. MARÍN, *op cit*, p. 157.

muchos colores ¡así son las ideas!⁷ (*sic.*). Fica explícita, nesse caminho, a complexidade, tanto das relações indígenas como do próprio México, diante das transformações por que o país vem passando.

Por isso acreditamos que a análise do turismo, a partir de um documento oficial é importante por, pelo menos, três motivos: i) não recorrer a meras suposições, mas aos fatos apontados, elencados e propostos pelo Plano, haja vista sua relevância para esse trabalho; ii) ser uma obrigação fazê-lo em respeito a toda sociedade mexicana que, desde a assinatura do TLCAN, olha com desconfiança as relações internacionais, pelo fato de valorizar as políticas neoliberais; levantou toda uma discussão política, econômica, existencial. Tais discussões coadunaram em um sem número de protestos, artigos jornalísticos e científicos. Por último, iii) recuperar a confiança dos movimentos sociais, especialmente, indígenas e camponeses em relação aos pesquisadores.

É necessário ressaltarmos que o turismo é uma atividade de demasiada complexidade. Pensá-lo significa exatamente estabelecer estratégias, orientações e diretrizes para sua implementação. Ao contrário do que muitos especialistas acreditam, a escolha de um lugar para tornar-se destino a ser explorado comercialmente está muito mais relacionado aos interesses econômicos (públicos e privados) e do capital político, que necessariamente da vocação turística do local. Nesse caminho, é imprescindível compreender o percurso histórico do México em relação à implementação do Plano e as consequentes iniciativas para a execução das políticas de turismo na região sul e sudeste do país.

OS DESCAMINHOS DA POLÍTICA INTERNACIONAL MEXICANA

Com o advento do TLCAN, México deixou de incentivar a produção de alimento no país, inclusive do milho, uma vez que era mais barato importar que produzir, tornando-se um país muito dependente de alimentos, chegando a importar, atualmente, cerca de 50% dos alimentos que consome (FERNANDEZ-VEJA, 2014). De 1994 a 2000, a participação da produção nacional de milho reduziu 10% (de 86% para 76%) (CASTILLO, 2014), ao passo que sua produção cresceu de 15 milhões de toneladas em 1993 para 22 milhões de toneladas em 2004 (SALCIDO, 2009). Em 2015, a produção de milho no México atingiu 25 milhões de toneladas, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) (FAO, 2016). Nessa perspectiva, não houve, precisamente, o negligenciamento da

⁷ “Minha avó dizia que os milhos nativos tinham muitas cores. Assim são as ideias” (*Sic.*). Tradução do autor. Frase dita por um representante do Movimento Agrário Indígena Zapatista (MAIZ).

produção por parte dos produtores, mas um aumento considerável na demanda, sobretudo por parte das indústrias, da agropecuária e a destinação de grande parte da produção para geração de energia, etanol.

Em realidade, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), os pequenos produtores, camponeses são os grandes responsáveis pela segurança alimentar. Apesar de possuírem apenas 12% de todas as terras agrícolas, geram 80% dos alimentos no mundo. Na América Latina, apenas 1% da população é produtora agrícola, o que demonstra a fragilidade alimentar. Com a crise alimentar de 2008, os pequenos produtores vêm cobrando medidas sérias para regularizar e incentivar a produção de alimentos, exceto aqueles países que possuem a segurança alimentar como critério de Segurança Nacional, a exemplo dos Estados Unidos⁸.

No entanto, em concordância com o Plano, para aumentar o rendimento produtivo da região, seria necessário não apenas derrubar o artigo 27 constitucional (principal instituição do país) que versava sobre a propriedade da terra e sua organização social, mas desregular o poder do Estado em relação aos investimentos estrangeiros, assim como valorizar produtos agroexportadores, sob o regime de *plantações*. Historicamente, tanto no México como em toda América Latina, este sistema e produtos vêm se mostrando inviáveis por duas razões: i) sua produção desregula a produção de alimentos de subsistência, causando pressão nos processos, dificultando o acesso; ii) a plantação não diz respeito apenas ao tamanho da terra, mas às relações nela estabelecidas (trabalhos análogos à escravidão, sistema de punição minucioso, complexo e elaborado, uso e exploração dos recursos naturais em abundância, poluição dos solos e água, entre outros) – a plantação é, nesse sentido, uma organização social do sistema de produção agrícola⁹.

A proposta de efetivação da mudança da propriedade da terra é encampada por um discurso desenvolvimentista que encobre, sob uma leve camada de verniz, o intuito real do Estado. A perspectiva é criar, nos nove estados da região, polos de desenvolvimento capaz de reter o fluxo migratório para os Estados Unidos, ao passo que impulsiona a aglomeração no entorno daqueles, acelerando o processo de urbanização e o conseqüente abandono do campo.

⁸ 87 % dos produtores agrícolas se encontram na Ásia e Pacífico; 8% na África e 4% na Europa. É importante frisar que, na América Latina, a propriedade do pequeno agricultor é de 20 hectares em média. Ver: GONZALES, Susana. **Campeños poseen sólo 12% de la tierra pero alimentan el mundo**. *La Jornada*. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2015/12/19/campeños-principales-afectados-por-cambio-climatico-unctad-1280.html>. 19 de dez de 2015. Acesso em 19 de dezembro de 2015.

⁹ Ver. MINTZ, Sidney W.; WOLF, Eric. *Fazendas e Plantações*. In. O Poder Amargo do Açúcar: Produtores Escravizados, Consumidores Proletarizados. Recife: EDUFPE, 2003.

El proceso de urbanización continuará tanto a nivel nacional [...] como en todos los estados de la región. Entre los años 2000 y 2025 la población rural de la región Sur Sureste podría reducirse, no solo en términos relativos, sino incluso en números absolutos en 2 millones de habitantes (GOBIERNO DE MÉXICO, p. 119)¹⁰.

Dessa maneira, à medida que o campo for esvaziando, não haverá outra alternativa senão a conformação de grandes propriedades de terra e a institucionalização da plantação para produção de *commodities* que, não necessariamente, terá utilidade alimentícia. Percebemos, nesse contexto, que o México não está buscando alternativas para fugir do esquema de dependência estabelecida no sistema-mundo-capitalista¹¹. O Plano busca aproveitar ao máximo recursos naturais do país para diversificar sua produção, todavia não sai do esquema da produção de bens primários, com baixo valor agregado, por possuir grande volatilidade dos preços, devido aos fluxos do mercado, provocando a exaustão da terra. Somado a esses fatores supramencionados, está a disponibilidade da mão de obra indígena, campesina, pobre e excedente que cumpre com os requisitos, tanto das *maquiladoras* quanto das plantações e da indústria turística que ajudam a tornar o produto mais competitivo.

Estas questões, entretanto, não levariam, por si só, ao investimento privado. Para que isso pudesse ocorrer, o Plano elaborou um conjunto de estratégias capaz de aglutinar os diversos setores industriais: terra, água, biodiversidade e mão-de-obra barata não se demonstram suficientes. Deve haver um incentivo ainda maior: “bajos costos en la instalación de empresas”¹²; além disso, o Plano “[...] promoverá también el desarrollo de instrumentos crediticios apropiados, que permitan a los empresarios de la región captar los beneficios de la apertura del país”¹³ e será responsável por captar investimentos para as áreas de serviços e infraestrutura, bem como “en nichos regionales que impulsarán la dinámica económica regional: agricultura; agroindustria y biotecnología; textil; partes electrónicas; autopartes; petroquímica y, en particular, turismo sustentable”¹⁴. Ainda de acordo com o Plano:

La región cuenta con condiciones climáticas privilegiada, el trópico húmedo, diversidad de recursos biológicos y agrícolas, gran abundancia de agua,

¹⁰ “O processo de urbanização continuará tanto a nível nacional [...] como em todos os estados da região. Entre 2000 e 2025 a população rural da região sul-sudeste poderá reduzir, não apenas em termos relativos, mas inclusive em termos absolutos em 2 milhões de habitantes”. Gobierno de México. *Op cit.* p. 119.

¹¹ O Sistema-Mundo-Capitalista, teoria desenvolvida por Immanuel Wallerstein, versa sobre a perspectiva de que não há países de capitalismo mais ou menos avançados. O que há, em realidade, é a participação diferenciada no jogo de poder, definido historicamente.

¹² “Baixos custos na instalação de empresas”. *Op cit.* p. 163.

¹³ “Promoverá também o desenvolvimento de instrumentos crediticios apropriados que permitam aos empresários da região captar os benefícios proporcionados pela abertura do país. *Op cit.* p. 164.

¹⁴ “Nichos regionais que aquecerão a dinâmica econômica regional: agricultura; agroindústria e biotecnologia; têxtil; partes eletrônicas; peças automotivas; petroquímica e, em particular, turismo sustentável. *Op cit.* p. 163.

importantes reservas de hidrocarburos, sitios históricos y ecológicos únicos, y abundantes recursos humanos. Dado ese conjunto de ventajas comparativas, la región Sur Sureste presenta oportunidades de inversión promisoras especialmente en: Petroquímica, Minería, Industria Maquiladora; Turismo [...] la Pesca y la Agricultura¹⁵.

Na expectativa de alcançar tais objetivos, o Plano prevê a modernização do marco regulatório da economia, a eliminação das ditas políticas discriminatórias e o estabelecimento de “acuerdo de coordinación con la SEMARNAT [Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales] para hacer compatible la regulación en materia de medio ambiente; y legislación estatal en materia de agua”¹⁶. Percebemos que o acordo que se procurará efetivar é para fazer com que as leis do ambiente e de água sejam compatíveis com a exigência do mercado e não o contrário. Talvez, o maior exemplo que México teve foi a tentativa de privatizar a água, em março de 2015. A mobilização social, a visibilidade dada pela mídia, bem como as divergências encontradas na Câmara Federal impossibilitaram, ainda que temporariamente, que esse fato ocorresse¹⁷.

Acreditamos que uma importante ressalva é a repetição considerável, ao longo das 177 páginas, feita no documento, sobre a disponibilidade de riquezas/recursos naturais, de modo que quem se ativer a uma parte ou ler o documento de maneira isolada pode ter a dimensão das vantagens que o Plano oferece. Uma outra questão é que, ao longo do documento, o Plano é o sujeito da ação. Ele é o responsável por articular os mais diversos setores privados, captar recurso, criar instrumentos creditícios, desregular marcos legais e dialogar com os demais países da região. Não há governos, bancos, empresas privadas, apenas o Plano. Este é um dos motivos para caracterizar o Plano como vivo, visto que, de fato, faz nascer um sujeito capaz de atender as demandas de mercado e as necessidades da população. Em realidade, demonstra ser uma excelente forma de eximir responsabilidades dos agentes por trás dele, elaborando estudos, realizando pesquisas e o escrevendo. Mas quem está detrás do Plano? Quem são os maiores interessados em sua efetivação? Essas e outras perguntas são respondidas no próximo subitem.

¹⁵ “A região conta com condições climáticas privilegiadas, o trópico úmido, diversidade de recursos biológicos e agrícolas, grande abundância de água, importantes reservas de hidrocarboneto, sítios históricos e ecológicos únicos e abundantes recursos humanos. Dado esse conjunto de vantagens comparativas, a região sul-sudeste apresenta oportunidades de investimentos promissores, especialmente com relação a: Petroquímica, Mineração, Indústria Maquiladora; Turismo [...] Pesca e Agricultura. *Op.cit.* p. 166.

¹⁶ “Acordo de coordenação com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMARNAT) para fazer compatível a regulação em matéria de meio ambiente; e legislação estatal em matéria de água”. *Op.cit.* p. 165.

¹⁷ Ver LA JORNADA. “**Defiende tu agua, defiende tu vida**”, **piden artistas mexicanos en video**. La Jornada. Publicado em 21 de mar de 2015. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2015/03/21/201cdefiende-tu-agua-defiende-tu-vida201d-piden-artistas-mexicanos-en-video-9057.html>. Acesso em 21 de mar de 2015.

O PLAN PUEBLA-PANAMÁ

O Plan Puebla-Panamá, além de se apresentar como uma espécie de panaceia, procura ilustrar sua natureza inovadora, formado pela força de dois elementos políticos essenciais: o caráter democrático representado pela saída do Partido Revolucionário Institucional (PRI) do poder central; a capacidade e habilidade do novo governo em pensar diferente, propor novas saídas. A bem da verdade, o Plano não surgiu aleatoriamente, suas raízes históricas já foram expostas acima, mas não são as únicas. O Plano é, na realidade, uma síntese de outros projetos, programas e mesmo pesquisas. O próprio documento-base reconhece o apoio de organizações paraestatais e instituições internacionais, dentre eles: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL); o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA); o Instituto Interamericano para Cooperação Agrícola (IICA); o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE). De acordo com Marín:

No se trata de un plan comandado por una sola mente, perversamente dedicada a “conquistar el mundo”. Se trata de un producto colectivo muy sofisticado que – de acuerdo a las complejas circunstancias actuales de la acumulación mundial del capital – busca esclarecer cuáles son las mejores oportunidades lucrativas en la región para los principales grupos de poder centrados en Estados Unidos¹⁸.

Para os mais conservadores e desavisados, o autor estaria desenvolvendo, de maneira clara e minuciosa, uma certa perseguição aos Estados Unidos. No entanto, em se conhecendo a história do México e um pouco do ímpeto expansionista do vizinho do Norte, reconhece-se, ao menos, a possibilidade de os EUA possuírem a intenção de expandir o raio de ação do seu capital, *soft power*¹⁹, não necessariamente expandir seu território, mas usar sua zona de influência como espaço de produção e reprodução do capital. Pode-se perguntar ainda: mas, como o México permitiu/permite tal façanha? Por certo, não foi, assim como não é, o desejo de sua população, mas dentro da estratégia de uso do território mexicano, incluíram-se os

¹⁸ “Não se trata de um plano comandado por uma mente apenas, perversamente dedicada a “conquistar o mundo”. Trata-se de um produto coletivo muito sofisticado que – de acordo com as complexas circunstâncias atuais da acumulação do capital – busca esclarecer quais são as melhores oportunidades lucrativas na região para os principais grupos de poder centrados nos Estados Unidos”. MARÍN, Andrés Barreda. **Los Peligros del Plan Puebla-Panamá**. In.: Mesoamérica, los ríos Profundos: Alternativas Plebeyas al Plan Puebla-Panamá. México: Instituto Maya, 2001. p. 137.

¹⁹ O conceito de *Soft Power* foi proposto por Joseph Nye; está relacionado com “a capacidade de um Estado em obter o que deseja através do poder de atração da sua cultura, das suas ideias, das suas políticas domésticas [sobretudo sua política macroeconômica] e de sua diplomacia”. Nye, Joseph. **Soft Power – The means to success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

principais grupos do poder econômico do país, no que Marín denominou de “*procesos generales de disolución de la nación*” (MARÍN, 2001). Não houve – por parte do Estado, muito menos do setor privado – interesse em elaborar programas e políticas que procurassem solucionar, de maneira precisa, as raízes da pobreza do sul-sudeste mexicano, mas apenas o intuito de explorar a região economicamente.

O autor faz um levantamento dos projetos, programas e pesquisas que deram bases ao Plan Puebla-Panamá. Além de identificar que o Plano integrou programas locais ou regionais de desenvolvimento, tais como: as experiências da “*Comisión del Río Balsas*”²⁰; o Programa de Chontalpa²¹, o Programa de Mezcaltepec²²; e o Programa de Papaloapan²³. Além desses, Marín identificou sete grupos de documentos oficiais elaborados nos EUA, México e América Central com o apoio de funcionários dos governos e *think tanks*²⁴ estadunidenses ou centro-americanos.

O primeiro programa revelado por Marín é o Corredor Biológico Mesoamericano (CBM), elaborado pelo Banco Mundial. Não causa estranheza que esta instituição tenha interesse na institucionalização de áreas de preservação, uma vez que foi incorporado em sua política, nos idos da década de 1990. O incentivo de criar áreas de preservação era acompanhado da amortização da dívida, caso permitissem em seu estatuto o uso e o manejo sustentáveis, monitoradas por organizações ambientalistas estadunidenses. De acordo com o autor, o CBM é, antes de qualquer coisa, um laboratório de estudos, análise de ecossistemas e engenharia genética que transformam os bancos genéticos, bem como o conhecimento²⁵ indígena em bancos de conhecimentos locais (MARÍN, 2001). A formação do corredor se mostra falha, pois propõe a convivência pacífica de Áreas Naturais Protegidas (ANP) com o sistema de plantação, separados por áreas de amortecimento.

O conhecimento ocidental tem dificuldade em compreender a natureza como sistema integrado. Ainda que haja a separação por área de amortecimento, a área preservada não deixa

²⁰ “Comissão do Rio Balsas”. O rio corta os estados de Guerrero e Michoacán com uma extensão de 771 km. Em seu curso alto, denominado *Atoyak*, também cortam os estados de Puebla e Tlaxcala. É um dos maiores rios;

²¹ Chontalpa é uma das cinco sub-regiões produtivas do estado de Tabasco. Seu nome deriva do grupo étnico *Chontal* que possui seu território na região. Esta, por sua vez, é de grande importância por compor a região hidrográfica do rio Grijalva

²² Mezcaltepec é um pequeno povoado localizado na cidade de Quechultenango, no estado de Guerrero

²³ Papaloapan é um nome de origem náhuatl – *papaloti* (mariposa) e *apan* (lugar de) – a junção desses dois nomes dão forma ao “Rio das Mariposas”. É um rio importante que deságua no Golfo de México e corta os Estados de Puebla, Oaxaca e Veracruz.

²⁴ *Think Tanks* são grupos de interesses que produzem conhecimentos sobre assuntos estratégicos, difundem ideologias e procuram influenciar em processos de mudanças econômicas, sociais e políticas.

²⁵ O autor utiliza o termo “saberes indígenas” ao invés de conhecimentos indígenas. Contudo, há, por parte de setores da sociedade, especialmente a academia, um menosprezo em relação ao saber, sobretudo, quando se trata de saber popular ou indígena. Nesse caminho, preferimos utilizar o termo conhecimento, uma vez que atribui o mesmo peso do conhecimento científico.

de receber impacto, tanto pela poluição dos rios a jusante ou a montante quanto pela poluição dos solos e toda ação antrópica. Dizemos conhecimento ocidental porque, mesmo os ambientalistas têm a dificuldade de compreender tal fato, defendendo, por vezes, o uso de tecnologias mais limpas como solução dos problemas. A substituição da tecnologia não põe fim à degradação humana consequente de trabalho análogo à escravidão, tampouco reduz o impacto da destruição florestal e perda da biodiversidade vegetal e animal. Os discursos ambientalistas ou do cuidado com o meio ambiente mascaram as reais intenções de organismos multilaterais.

De todo modo, Marín equivoca-se quando afirma que esse é o antecedente mais antigo do Plan Puebla-Panamá, mas acerta quando afirma que o CBM é “el laboratorio donde se experimentan programas de privatización de bioriquezas”, além de experimentar “la creación de nuevas instituciones interregionales con que se impulsa la privatización y desnacionalización de recursos estratégicos como la biodiversidade y el agua” (*Ibid*, p. 139)²⁶. O PPP, como sucessor mais robusto do CBM, seria nesse caso um instrumento capaz de pressionar os países mesoamericanos a facilitarem o acesso às riquezas naturais da região.

Além do CBM, há outros documentos que demonstram o interesse da região. O segundo grupo de documentos analisados pelo autor tinha conteúdos geopolíticos e havia sido elaborado pela CEPAL, BID e por centros universitários estadunidenses. Esses documentos fazem sínteses idênticas sobre a efetiva integração mesoamericana, propondo a construção e a modernização das rodovias, a construção de corredores interoceânicos. O terceiro documento que fundamenta o PPP é o *Plan de Desarrollo Urbano* (1995-2000), publicado em 1996, seis anos antes, no governo de Ernesto Zedillo. O quarto grupo de documentos é um conjunto de estudos realizados por distintas instituições²⁷ que procuraram diagnosticar e propor o desenvolvimento de infraestruturas distintas e promover maior integração viária, energética e telefônica.

²⁶ “[...] o laboratório onde se experimentam programas de privatização de bioriquezas” [...] “a criação de novas instituições inter-regionais com que se impulsa a privatização e desnacionalização de recursos estratégicos como a biodiversidade e a água”.

²⁷ Centro Latino-americano para Competitividade e o Desenvolvimento Sustentável (CLADS); CEPAL; Central American Isthmus. Diagnostic Study fo the Petroleum Industry, IDB/FOMINFLCAL Project, janeiro de 2000); Centro de Estudos Integrados de Desenvolvimento Comunal (CEDEC); entre outros.

O TURISMO COMO CENTRO E PRIORIDADE DA INTEGRAÇÃO FÍSICA: O CHOQUE DE *COSMOVISÕES*

Sem sombra de dúvidas, esse é um dos antecedentes fundamentais do planejamento turístico na região, uma vez que o discurso adotado pelo Estado mexicano, pelos apoiadores do Plano, propagados pela grande mídia, partem do pressuposto de que, sob a tutela do setor privado, os recursos naturais estarão conservados, protegidos. A natureza é um produto turístico precioso, tanto pelo seu caráter cênico, paisagístico, quanto pelo potencial que apresenta para nichos específicos de mercado – turismo de aventura, ecoturismo, turismo sustentável.

No entanto, o Plano propõe a ampliação da área de atuação do turismo, englobando os nove estados da região. Requer, nesse caminho, o desenvolvimento de um sistema básico de acesso, em sintonia com os projetos de integração viária, aérea, fluvial e energética, enfim, com as ações aviltadas pelo PPP. Estão previstas a criação e a efetivação de duas regiões turísticas: a região Palenque-Cascadas de Água Azul que inclui os municípios de Palenque e Chilón, localizados ao norte de Chiapas (zona arqueológica de reconhecimento internacional); e o corredor Cancún-Riviera Maya que inclui os municípios de Isla Mujeres, Benito Juárez, Solidaridad e Cozumel, localizados no Estado de Quintana Roo (GOBIERNO DE MÉXICO).

É necessário ainda frisar que a região sul e sudeste do México possui uma atenção considerável, por parte do setor turístico há décadas. As cidades de Acapulco (Guerrero); Puerto Escondido e Huatulco (Oaxaca); Cancun, Playa del Carmen, Isla Mujeres, Cozumel e Tulum (Quintana Roo) receberam investimentos de grandes empresas, corroborando uma mudança socioespacial drástica. No caso específico de Cancun e Acapulco, mundialmente conhecidas, o turismo que se adotou para o grande público estrangeiro foi o de resorts, alienando a população, não apenas da participação ativa na economia, mas sobretudo, no uso da cidade, por conta de os grandes empreendimentos terem privatizados moral e materialmente amplas áreas de praia, impossibilitando a interação turista-nativos.

Com a elaboração, andamento e efetivação do Plano, a região tem chamado ainda mais atenção do setor privado, do mercado imobiliário e hoteleiro. O Plano destaca, por certo, os impactos positivos do turismo, além de mencionar, de maneira adequada, os possíveis impactos ambientais, mas em nenhum momento faz menção às pressões que grandes empresas do setor turístico têm realizado para privatizar ilhas, a exemplo de Cozumel. O Plano também não é transparente no que tange à condução para a efetivação da atividade

turística na região. A ilha tornou-se um alvo das empresas investidoras do ramo turístico: hotéis, bares, restaurantes, clubes. Muito embora a comunidade tenha somado esforços para tentar frear o processo privatizador, não tem conseguido chamar atenção do poder público, mesmo porque autoridades se encontram completamente envolvidas (GUARDADO, 2015).

O caso emblemático da ilha ocorreu em 2005, quando candidatos a cargos públicos participaram da marcha *Ventanas al Mar*²⁸, na tentativa de conter, ou ao menos frear, a privatização e, sobretudo, a mudança da paisagem que impedia a visualização do mar (o protesto era, principalmente, sobre o direito à paisagem, à utilização e à vivência do território como um todo). Estes quando estavam em exercício de seus cargos já em 2007 – o senhor Gustavo Ortega, prefeito; e a senhora Ady Joaquín, deputada federal – assim como muitos políticos que, depois de eleitos, negligenciam a postura adotada em companhia, já não mais se importavam com a apropriação da ilha por parte do setor empresarial, pelo contrário, passaram a incentivar e facilitar o acesso (RESTREPO, 2016).

As áreas litorâneas, disputadas pelo turismo de sol e mar, conclamadas pelos turistas internacionais, não são os únicos interesses do setor e Estado central. Pelo contrário, a ideia é de diversificar os produtos turísticos, com o intuito de abranger o maior número de nichos de mercado possíveis, capazes de atingirem cada vez mais visitantes. Todavia, os detentores do capital e possuidores do poder político não levam em consideração as relações ancestralmente estabelecidas com o território, pondo à disposição de turistas, o sagrado.

Os casos de Palenque e Chilón, municípios localizados no Estado de Chiapas, inclusos no Plano como parte da rota turística, são exemplares. No que concerne ao primeiro, onde se situam templos e pirâmides maias, há a personificação do sagrado, a materialização do mundo espiritual, assim como em Tulum e Chichén Itzá (ver figuras 1, 2 e 3).

Figura 1 - Chichen Itzá, Tinum, Yucatán



Fonte: Google, 2019.

Figura 2 - Tulum, Quintana Roo



Fonte: Google, 2019.

²⁸ “Janelas ao Mar”.

Figura 3 - Palenque, Chiapas



Fonte: Google, 2019

Estes locais são representações da riqueza e complexidade dos conhecimentos matemático, astronômico, arquitetônico, científico, não apenas dos maias e astecas, mas das civilizações não-ocidentais.

As cidades são bem planejadas, possuem sistema de captação de água da chuva, observatórios, sede administrativa, locais para a contemplação das deidades, pirâmides. Este mundo ainda está em processo de desvendamento por parte dos estudiosos. Contudo, sua beleza e história acabam por chamar a atenção de inúmeros turistas em todo o globo. Percebe-se, destarte, a primordialidade conferida pelo Estado e o Plano em conectar estas regiões, facilitando o acesso e as propagando como produto turístico.

No entanto, para os povos originários, o vínculo que estabelecem com o território habitado é de outra ordem, haja vista os colonizadores terem conseguido dominar e impor o tempo, mas não o espaço. A transcendência ali cultuada foi mantida, mesmo sob a égide do calendário cristão (representação do tempo). Nesse caminho, o território habitado é hierático *per si*: pela natureza que o compõe, pelas relações que ali foram estabelecidas, pela vivência e elo material, espiritual existentes. Desse modo, todos os territórios indígenas são sagrados para aqueles que os vivenciam de maneira particular, assim como para seus iguais. Uma vez que se afeta um local específico, alcança as almas e corações dos povos originários em suas mais longínquas residências. O que para os empresários do setor turístico é espaço vazio a ser ocupado, planejado para expandir os fluxos capital, para os indígenas é território sacro.

Alastram-se, conseqüentemente, os conflitos entre povos originários, empresários e Estado central. O embate não é relativo única e exclusivamente às terras, mas a *cosmovisões* completamente distintas. Estas perfazem o mundo subjetivo, imagético que instituem e

regulam a vida material dos povos. Não se trata de ideias, mas de concepções não hegemônicas e, portanto, desconsideradas, violadas, violentadas pela perspectiva econômica, pelas práticas empresariais que visam única e exclusivamente o lucro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Tratado de Livre Comércio do Norte, assinado em 1994, ocasionou o princípio da precarização do trabalho, a inflação e a desvalorização do peso mexicano, além de alterações no modo de produção nos Estados Unidos e Canadá, causando desemprego, reformas trabalhistas que levaram à perda de direitos conquistados. As empresas destes países buscaram maiores incentivos e encontraram no México não apenas o acolhimento fraterno, mas impostos mais baratos, legislações mais frágeis, mão-de-obra barata, ausência de proteção trabalhista e frágil sistema previdenciário, reduzindo, e muito, os custos operacionais do setor produtivo.

Mesmo os momentos que sucederam à assinatura do TLCN foram marcados por fortes tensões, não unicamente em relação ao conflito de interesses entre setores da sociedade, o levante de Chiapas, mas também dentro do próprio Partido Revolucionário Institucional (PRI). O candidato do partido, Luis Donaldo Colosio foi assassinado no dia 23 de março de 1994. Ernesto Zedillo (1994-2000) assume a candidatura presidencial e é eleito. Em setembro do mesmo ano, o presidente do partido e cunhado de Carlos Salinas de Gortari – o ex-presidente dos Estados Unidos Mexicanos – Jose Francisco Ruiz Massieu também foi morto. Duas figuras importantes foram eliminadas, levando a crer na divisão interna ou em interesses difusos que comprometeriam o caminhar do Tratado.

O TLCN foi, antes de qualquer coisa, um acordo entre empresários e amigos políticos. Não por acaso, após finalizar seu mandato, Ernesto Zedillo trabalhou nos altos cargos de empresas estadunidenses, tais como a Procter & Gamble (P&G), ALCOA e Union Pacific. Atualmente, desempenha a função de diretor do Centro para os Estudos da Globalização na Universidade de Yale²⁹. Após o término de seu mandato, assume Vicent Fox Quesada (2000-2006) que foi presidente da Coca-Cola América Latina, amigo pessoal do presidente estadunidense George W. Bush (2001-2009).

Estes dois presidentes foram cruciais para dar continuidade e robustez ao Tratado de Livre Comércio e ao projeto neoliberal iniciado em 1980, pauta principal do *soft power*

²⁹ Ver <http://ycsg.yale.edu/about-center-1>

estadunidense. Tanto Zedillo como Fox garantiram o avanço do Tratado, mas também abriram precedentes para as mudanças políticas necessárias para a ação da iniciativa privada sobre o território mexicano. Ações marcadas por violências simbólicas e materiais, o não reconhecimento sobre as formas de organização indígenas / camponesas e o completo menosprezo pelos recursos naturais comprovam a venda do país.

O projeto de Integração Física Regional é a etapa subsequente do TLCN e elucida de maneira contundente que a expansão do território econômico se dá sem a necessidade de empreender força bélica, apenas com o uso potencial das áreas de influência. Para alcançar tal objetivo, o capital financeiro, por intermédio dos EUA, procurou, em um primeiro momento, articular os setores econômicos estadunidense e mexicanos, por intermédio dos seus correlatos políticos. Posteriormente, criminalizaram-se as atividades, práticas e técnicas agrícolas efetivadas por indígenas e camponeses na região sul-sudeste do México, fazendo uma defesa à privatização dos recursos naturais existentes como forma de garantir sua preservação, pressionando o Estado para intervir em favor dos empresários. O discurso modernizador se faz tão presente como no período colonial, igualando os indígenas à natureza, negando sua humanidade. Não por acaso, no dia 11 de novembro de 2016 – portanto atual – Martín Tonalmeyotl escreveu em La Jornada um texto intitulado: “*No Somos Indios, no Somos Indígenas, Somos Seres Humanos*”³⁰, requisitando a humanidade não apenas dos povos originários, mas dos pobres mexicanos, em sua maioria descendentes indígenas.

O Plano foi elaborado, praticamente, por Santiago Levy, Enrique Dávila e Georgina Kessel, mas com base em estudos financiados por *think tanks*, instituições de pesquisas estadunidenses, mexicanas e pelos Bancos de Desenvolvimento. Somado a estes, estão os projetos mencionados, sobretudo, o Corredor Mesoamericano, além de interesses geoestratégicos históricos na região ístmica que são as raízes do projeto de Integração Física Regional. Para a viabilização do Plano, os vários setores da economia mexicana, estadunidense foram envolvidos e cogitou-se a participação do Investimento Externo Direto (IED), o capital financeiro, com a perspectiva de fazer do sul-sudeste mexicano um verdadeiro complexo agroindustrial, além de ser um cinturão de contenção da imigração centro-americana rumo aos EUA, uma vez que incentivaria as maquiladoras na região, na tentativa de conter o fluxo migratório.

Como forma de garantir ao capital seu pleno funcionamento e conseguir a mão-de-

³⁰ TONALMEYOTL, Martín. **No Somos Indios, No somos Indígenas, Somos Seres Humanos**. La Jornada. 11 de nov de 2016. Publicado: <http://ojarasca.jornada.com.mx/2016/11/11/no-somos-indios-no-somos-indigenas-somos-seres-humanos-4653.html>. Acesso no dia 11 de novembro de 2016.

obra necessária para a efetivação do projeto, fizeram-se as reformas estruturais, em todos os níveis, principalmente, as reformas trabalhistas, energéticas e a reforma agrária³¹ posta em marcha. Utilizaram-se como mecanismo propulsor os projetos turísticos e as concessões mineiras que chegam à frente dos processos legais e das reformas estruturais, apropriando-se dos recursos naturais (capital natural, principalmente a água) e expulsando os indígenas e camponeses de suas terras.

Para a garantia dos investimentos em *commodities*, as plantações passam a ser a organização social da terra viável. Esta proposta foi formalizada por Santiago Levy, vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Isso leva a crer que o modelo de plantação é uma diretriz das instituições multilaterais, porque, além de assegurar os investimentos, as empresas têm a capacidade de planejar suas safras em nível mundial e favorecer as negociações do mercado de futuros, além de funcionar com mão-de-obra barata e/ou análoga à escravidão.

O esvaziamento do campo provocado pelos sistemas de plantações, a conseqüente aglomeração em centros urbanos acaba por favorecer a indústria turística que pode se utilizar da mão-de-obra barata para servir os estabelecimentos do setor hoteleiro, gastronômico, de lazer, entre outros. Os espaços esvaziados também servem para investimentos de empreendimentos que possam servir aos interesses dos empresários do setor, ampliando a possibilidade de encontrar e estabelecer novos nichos de mercado e/ou destinos. Faz-se mister recordar que esta ação pode desenvolver um comportamento em cadeia: a corrida empresarial para estruturar mercados turísticos de maneira desordenada.

As terras sagradas, locais de cuidado do corpo e do espírito são capitalizadas e vendidas como produtos exóticos, tanto dentro como fora do México. O capital não reconhece outros padrões de racionalidade que não o europeu, trazendo consigo sua essência avassaladora, a pior de todas, a usurpação de vidas, sangues, terras, línguas, costumes e *cosmovisões*³². Não cogita sequer a convivência mútua ou o reconhecimento legal das formas de ser e de agir, em troca da ampliação do território econômico do capital financeiro. Desse modo, percebemos que o imperialismo³³ é o mote maior da política estatal. Como força

³¹ A Reforma Agrária mexicana se diferencia da brasileira, uma vez que a redistribuição da terra no México ocorreu no período pós-revolução. A ideia dos setores empresariais é que a reforma agrária possibilite a privatização das terras e formação das *plantações*.

³² Esta perspectiva não está presente apenas no México. Na conjuntura atual do Estado e governo brasileiro, procura-se expandir a fronteira agrícola sobre os territórios indígenas já demarcados e reconhecidos legalmente, reduzir ou retirar os direitos trabalhistas conquistados, reduzir o papel do Estado. As reformas e medidas encampadas pelo Estado brasileiro são muito semelhantes ao que o México fez a partir da assinatura do TLCN.

³³ Neste trabalho, adotamos a concepção clássica de Imperialismo, baseando-nos em Rudolf Hilferding, o qual acreditava que o imperialismo nada mais era que a união entre o capital bancário e industrial, além da expansão

discursiva se utilizam dos mesmos preceitos europeus, não se desvincilhando dos aspectos coloniais que permeiam a economia/cultura e a política na América Latina.

REFERÊNCIAS

CASTILLO, Javier Balderas. **Intereses y Resistencias: El Plan Puebla-Panamá y el Corredor Carretero Oaxaca-Istmo-Huatulco**. Texas: Texas Center. Disponível em: <http://www.texascenter.org/publications/ppp.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

FAO. **FAO prevê queda na produção de cereais na América Latina e Caribe em 2016**. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/414862/>. Acesso em: 18 maio 2014.

FERNANDEZ-VEGA, Carlos. México SA. Opinión. Jornada. Publicada no dia 22 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2014/04/22/opinion/03601eco>. Acesso em: 24 abr. 2014.

GONZALES, Susana. **Campesinos poseen sólo 12% de la tierra pero alimentan el mundo**. La Jornada. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2015/12/19/campesinos-principales-afectados-por-cambio-climatico-unctad-1280.html>. Acesso em: 19 dez. 2015.

GUARDADO, Gustavo Marín. Sin Tierras no Hay Paraíso: turismo, organizaciones agrarias y apropiación territorial en México. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, España, n. 15, 2015.

LA JORNADA. **“Defiende tu agua, defiende tu vida”, piden artistas mexicanos en video**. La Jornada. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2015/03/21/201cdefiende-tu-agua-defiende-tu-vida201d-piden-artistas-mexicanos-en-video-9057.html>. Acesso em: 21 mar. 2015.

MARÍN, Andrés Barreda. Los Peligros del Plan Puebla-Panamá. In.: **Mesoamérica, los ríos Profundos: Alternativas Plebeyas al Plan Puebla-Panamá**. México: Instituto Maya, 2001. p. 133-144.

MÉXICO, Presidencia de la República. **Plan Puebla-Panamá – Capítulo México: Documento Base**. Março de 2011. Disponível em: <http://www.rmalc.org/historico/ppp/index.php.html>. Acesso em: 10 jan.2015.

MINTZ, Sidney W.; WOLF, Eric. Fazendas e Plantações. In. MINTZ, Sidney. **O Poder Amargo do Açúcar: Produtores Escravizados, Consumidores Proletarizados**. Recife: EDUFPE, 2003.

NYE, Joseph. **Soft Power: the means to success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

RESTREPO, Iván. **Privatización de Litorales y uso de plaguicidas**. La Jornada. 2007

das áreas colônias dentro ou fora dos países.

Disponível em:

<http://www.jornada.unam.mx/2007/08/13/index.php?section=politica&article=016a2pol>

Acesso em: 28 nov. 2016.

SALCIDO, Gerardo Torres. **De la producción de Maíz al consumo social de la tortilla:** políticas de producción y abastecimiento urbano. Ciudad de México: UNAM, 2009.

